

HISTÓRIA, RAÇA E SOCIEDADE: NOTAS SOBRE DESCOLONIZAÇÃO E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Rafael Petry Trapp¹
Doutor em História Social (UFF)
Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia e
Universidade do Estado da Bahia (Campus IX)
rafaelpetrytrapp@gmail.com

Resumo: O presente artigo é uma contribuição ao debate sobre as relações entre pensamento historiográfico, raça e sociedade no Brasil. A partir da constatação de que os nomes legitimados como cânones da Historiografia Brasileira são compostos primariamente por homens brancos, demarcação étnicorracial – e de gênero – que tem se reproduzido ao longo do tempo, procuro estabelecer algumas premissas teóricas para a sugestão de uma descolonização do campo historiográfico. Tal visão busca problematizar a produção de intelectuais negros – e de grupos sociais não hegemônicos de forma geral – no corpo de conhecimentos que discutem a realidade histórica brasileira em suas conexões com marcadores sociais da diferença, especialmente raça, posto ser esta uma questão constituinte e estruturante da própria Historiografia Brasileira. Por fim, procuro pensar, baseado em Roger Bastide, no exercício de uma autopsicanálise intelectual, referente ao papel e à postura dos historiadores brancos na reflexão e reconstrução crítica do campo.

Palavras-chave: Historiografia Brasileira; Sociedade; Racismo epistêmico; Raça; Intelectualidades Negras.

HISTORY, RACE AND SOCIETY: NOTES ON DECOLONIZATION AND BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY

Abstract: This article is a contribution to the debate on the relationships between historiographical thought, race and society in Brazil. Considering the fact that the names legitimized as the canon of the Brazilian Historiography are constituted primarily by White Men, an ethnic-racial – and of gender – demarcation that has been reproduced over time, I intend to establish some theoretical premises for the suggestion of a decolonization of the historiographical field. Such a view seeks to problematize the production of Black Intellectuals and of other non-hegemonic social groups in general into the body of knowledge about Brazilian historical reality in its relations with social categories of difference, especially race, since it has constituted and structured Brazilian Historiography itself. Finally, I try to think, based on Roger Bastide, in the exercise of an intellectual self-analysis, concerning the role and the position of White historians in the critical reflection and reconstruction of the field.

Keywords: Brazilian Historiography; Society; Epistemic racism; Race; Black intellectuality.

Texto recebido em: 28/08/2019

Texto aprovado em: 20/11/2019

¹ Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8076343067046390>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7475-2278>.

Introdução: um jogo de espelhos

Início a escrita deste artigo colocando aos/às leitores/as, particularmente àqueles/as oriundos/as dos cursos de graduação em História, duas perguntas elementares: quais foram os autores que compuseram as leituras indispensáveis no currículo da disciplina de Historiografia Brasileira durante seu curso? E como a ementa estava organizada?

Antonio Candido, no prefácio tornado clássico, fixou, em 1967, a tríade obrigatória: Gilberto Freyre, de *Casa-grande e Senzala*; Caio Prado Jr., com *Formação do Brasil Contemporâneo*; e Sérgio Buarque de Holanda, cujo *Raízes do Brasil* ele prefaciava. Ao fazer essa definição, Candido ressaltou também a presença de um então já incômodo mestre: o sociólogo Oliveira Vianna. Quem mais, porém, tem habitado de forma permanente e pouco contestada as ementas de nossas formações acadêmicas?

Entre variações eventuais, estarão provavelmente nos planos de curso no século XIX o “avô” da Historiografia Brasileira, o austríaco Karl von Martius, autor daquele que é um dos principais marcos fundadores desse campo, o artigo *Como se deve escrever a História do Brasil* (1844), seguido do teuto-brasileiro Francisco A. Varnhagen, que escreveu a copiosa *História Geral do Brasil* (1854), obra que lhe rendeu na posteridade historiográfica o título de “Heródoto brasileiro”, espécie de “pai” da história do Brasil.

De Varnhagen até os “livros-chave” de Freyre, Holanda e Prado Jr., ensaios que exprimiam a “mentalidade ligada ao sopro de radicalismo que eclodiu depois da Revolução de 1930” (CANDIDO, 1967, p. 9), se sucede um rol diversificado de autores: Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Oliveira Vianna. Dos anos 1940 até por volta da década de 1980, lemos com frequência Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, entre outros.

Se a minha memória não parecer o critério mais adequado para determinar essa constelação de nomes, coletâneas historiográficas como *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC* (1999), atualmente em sua 9ª edição, de José Carlos Reis, *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* (2009), organizada por André Botelho e Lília Schwarcz, e *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)* (2018), de Tiago Nicodemo, Pedro Santos e Mateus Pereira, a título de amostra, não desmentiriam o que

indico. Avalio que tais exemplos, que poderiam ser facilmente multiplicados, oferecem uma visão do quadro geral com o qual trabalho nesse artigo.

Mas, afinal, o que esses autores paradigmáticos têm em comum?

Entendido de modo geral, tais intelectuais imaginaram, sob contextos, questões e paradigmas de pensamento distintos, a realidade social, cultural e política brasileira a partir de atitudes teórico-metodológicas originais, prolíficas e sofisticadas de reflexão, produzindo influentes sínteses interpretativas acerca do que constitui essa substância histórico-social a que chamamos Brasil. São, por isso, intitulados “intérpretes do Brasil”, e sua atuação não se restringe à História, mas também às Ciências Sociais, à Literatura, à Economia, entre outras áreas. Boa parte desses indivíduos, se não a maior, abordou a chamada questão nacional como estreitamente vinculada à problemática de raça na história brasileira, tanto no contexto da escravidão quanto no pós-abolição. Nesse sentido, considerando as interrelações entre autores e obras, é curiosa a regularidade na identificação étnicorracial – e de gênero – das referências canônicas da historiografia brasileira: são homens brancos.

À pergunta inicial, interponho outra: com quais autores negros, ou não brancos, o/a leitor/a teve contato nesses cursos? Pessoalmente, não recorro de nenhum, durante a graduação. Uma demorada e exaustiva busca em ementas de disciplinas de Historiografia Brasileira no *Google* não responde a indagação, dada a notável ausência de nomes afro-brasileiros nos estudos do pensamento historiográfico, locus institucional e discursivo de produção de imagens legitimadas como “clássicas” da história e sociedade, uma área que costuma eleger como eixo privilegiado de análise a questão de raça no Brasil².

Como pensar esse processo histórico de exclusão de subjetividades intelectuais não brancas? Será que simplesmente elas não existem ou não são sofisticadas o suficiente para se agregar, se contrapor e questionar o pensamento tomado como clássico? É justamente esse descompasso entre o campo historiográfico e a realidade racial que aqui nos interessa.

Este artigo objetiva interpelar os espaços disciplinares da História e das Ciências Humanas/Sociais, ao sugerir a premência de uma descolonização da área de Historiografia

² O livro de José Carlos Reis não retrata nenhum não branco, ao passo que a coletânea organizada por Botelho e Schwarcz dedica apenas um artigo a um afro-brasileiro, o sociólogo Guerreiro Ramos, o único autor autodeclarado negro que figura, vez ou outra – raramente –, nas ementas da disciplina de Historiografia Brasileira. A significativa coletânea de Luiz Pericás e Lincoln Secco *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados* (São Paulo: Boitempo, 2014), embora amplie o escopo de autores para além dos clássicos, apresenta, dos 27 artigos, somente Milton Santos como pensador negro.

Brasileira através de uma problematização epistêmica, conceitual e curricular envolvendo aquilo que Michel Foucault (1999) nomeou de “saberes sujeitos” – e das “subjetividades desestabilizadoras” (GOMES, 2017) que os produzem – nos conhecimentos que refletem sobre história, raça e sociedade no Brasil. Procuo conceber elementos para a constituição de práticas historiográficas associadas ao projeto de uma história da historiografia atenta aos marcadores de raça, classe e gênero na formação e reprodução do campo e sensível à cultura intelectual e às demandas contemporâneas de representatividade política dos sujeitos historicamente marginalizados. Pretendo aqui realizar um esforço de diagnóstico teórico e historiográfico e imaginar novas possibilidades de pesquisa/ensino.

Em função de minha trajetória acadêmica, reporto-me tematicamente neste artigo sobretudo à intelectualidade negra e às questões de raça e etnicidade na história da historiografia no Brasil. É preciso dizer que, observando-se certos limites, as indagações, reflexões e problemáticas aventadas aqui poderiam ser estendidas também para o campo de Pensamento Social Brasileiro, que frequentemente se move por entre os mesmos autores e divide com Historiografia Brasileira uma série de “lugares-comuns”, noção que Maria Stella Bresciani, em *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil* entende como “um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva” (D’ALLONNE apud BRESCIANI, 2005, p. 41). Um desses lugares-comuns é, sem dúvida, raça, substrato conceitual transversal à historiografia brasileira desde sua fundação, geralmente delimitada pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, e a publicação, na mesma revista do IHGB, do texto-base *Como se deve escrever a História do Brasil* (1844), de von Martius, organizado em torno da composição racial tripartite brasileira. Raça, portanto, está na raiz da constituição do próprio campo da Historiografia Brasileira, mas foi no interior das Ciências Sociais que se produziram algumas das teses mais influentes no século XX sobre nossa formação social do ponto de vista das relações raciais. Tome-se como baliza as obras de nomes como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes e se dissipe qual pretensão de definir Historiografia Brasileira como espaço de reflexão restrito aos historiadores e ao pensamento historiográfico. Defino operacionalmente Historiografia Brasileira, em sentido amplo, para usar as palavras de Lília Schwarcz (2011, p. 11) sobre pensamento social brasileiro, como o conjunto multidisciplinar de estudos de nossa formação social que tracejaram linhas-

mestras de interpretação sobre “as tradições intelectual, cultural, social e política brasileiras”. Independente das possibilidades de definição, porém, os mais decisivos questionamentos ao pensamento brasileiro ante seu caráter racialmente estruturado se originaram nas Ciências Sociais no século XX, por obra de cientistas sociais negros, como o/a leitor/a terá a oportunidade de observar. Foi apenas recentemente que os/as historiadores/as passamos a problematizar a disciplina acerca das modalidades pelas quais seus pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos se relacionam com a ordem racial da sociedade brasileira.

Este artigo decorre, em linhas gerais, de pesquisas e ideias provindas de meu trabalho de doutorado em História sobre trajetórias do pensamento social negro brasileiro (TRAPP, 2018). Especificamente, no entanto, dois acontecimentos propiciaram o ensejo de sua reflexão e escrita. A partir de junho de 2018, comecei a trabalhar como professor substituto no curso de História da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), na cidade de Barreiras (BA), ocasião em que me foi confiada a disciplina de Historiografia Brasileira. Ao selecionar os autores a serem analisados, meditei se iria repetir o gesto performativo que referenda os mesmos clássicos. As inquietações decorrentes de minhas elucubrações casaram-se, praticamente no mesmo período, ao convite para participar do evento “43 anos do Grupo de Trabalhos André Rebouças (GTAR): ‘ainda’ em busca de um espaço”, em outubro de 2018, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. No evento, organizado por três gerações de membros desse grupo do movimento negro, contribuí com uma fala sobre a vida e obra de Eduardo de Oliveira e Oliveira, que tinha sido, ao lado da historiadora negra Beatriz Nascimento, um dos principais propulsores do GTAR e da discussão sobre raça, ciência e sociedade no Brasil na década de 1970 – tema abordado mais abaixo.

A oportunidade de contribuir ao seminário na UFF na condição de pesquisador homem branco, quando minha trajetória acadêmica se justapôs de alguma sorte à própria história de meu *objeto* de estudo (a intelectualidade afro-brasileira), e de lecionar a disciplina de Historiografia Brasileira na UFOB, na qualidade de historiador do pensamento negro no Brasil, foram as razões maiores, em um exercício de história reparativa (BERGIN; RUPPRECHT, 2018), para a produção do presente texto.

Possibilidades teóricas

A premissa deste trabalho é a seguinte: a disciplina de Historiografia Brasileira, do ponto de vista racial, é branca – de gênero, masculina –, e, da perspectiva epistêmica, majoritariamente eurocêntrica, e tem se reatualizado ao longo do tempo dessa forma em consonância com dispositivos gerais de reprodução do racismo nas relações sociais. O pacto mais ou menos consensual de disposição, ordenamento e organização dos autores “clássicos”, aos quais “sempre se deve retornar”, ainda em vigor nos cursos de História, é, na verdade, reflexo do racismo estrutural e de assimetrias de poder no tecido social.

A filósofa e ativista negra brasileira Sueli Carneiro ajuda a esclarecer esse ponto, quando pensa na ideia de “epistemicídio”. Em suas palavras:

O epistemicídio é [...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento [...]. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Historiografia Brasileira, disciplina obrigatória nas grades curriculares de História, tem sido campo privilegiado para a edificação dessa (des)legitimidade. Embora não se negue a importância dos autores tradicionalmente estudados, os quais construíram, muitos deles, teses capitais para o entendimento das problemáticas étnicorraciais brasileiras, é contemporaneamente inconcebível pensar as interpretações do Brasil sem considerar a emergência intelectual dos sujeitos outrora subalternizados e silenciados na concepção das leituras delineadoras da identidade nacional e de suas contradições.

Esse processo de emergência de vozes sufocadas e renegadas, caso da população negra, é uma realidade. Ações afirmativas que colocaram, desde o início de 2000, um grande contingente de estudantes negros nas universidades públicas, e iniciativas como a Lei 10.639, que firmou a obrigatoriedade do estudo de história africana, afro-brasileira e indígena nos sistemas de ensino (educação básica e superior), em 2003, criaram a atmosfera político-intelectual para uma revisão da história brasileira em suas relações étnicorraciais. Muitos autores negros, a quem nos referimos adiante, têm assumido a dianteira desse questionamento

organizado e se consolidado como pensadores da descolonização das universidades, dos currículos escolares, dos livros didáticos, ou seja, dos lugares e suportes educacionais de produção e difusão do conhecimento científico-acadêmico.

Um desses nomes é o de Nilma Lino Gomes, teórica da área da Educação. Para ela, a ocasião de acesso ao ensino superior levou não só os sujeitos antes invisibilizados para as universidades, mas seus conhecimentos, vivências e demandas políticas, fato gerador de questionamento dos “currículos colonizados e colonizadores” (GOMES, 2012, p. 99). As perspectivas instituídas pela Lei 10.639/2003, fruto de décadas de lutas dos movimentos negros brasileiros, ensejaram tratar do que o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) nomeou *colonialidade do poder*. Mas, o que seria essa *colonialidade*?

De acordo com Quijano, as descolonizações latino-americanas engendraram, em termos de relações de poder-saber, de um lado, processos de alienação de identidades históricas das populações dominadas e subalternizadas, como indígenas e africanos; de outro, as adscrições essencialmente negativas atribuídas a esses grupos os constituíram alijados dos quadros discursivos de produção cultural e legitimidade epistêmica do referente humano moderno. A colonização teve seu termo, mas isso não significou o fim da gramática de *colonialidade* imanente a relações sociais estratificadas, hierárquicas e verticais, codificadas através de ideias de superioridade/inferioridade racial. Nesse sentido, “o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo” (QUIJANO, 2005, p. 127). Em tal disposição de poder-saber, mantiveram-se as divisões e desigualdades raciais oriundas do colonialismo europeu e se consolidou a dominação epistêmica eurocentrada, pautada no universalismo do sujeito homem-branco-europeu. Decorrente desse processo, criaram-se as bases para a formação de discursos de inferiorização racial e de produção de mentalidades colonizadas³.

A história da colonização brasileira se caracterizou por especial violência e dominação social. Quase quatro séculos de escravidão indígena e africana desenharam a arquitetura sólida de uma sociedade profundamente rasurada em suas relações raciais, orientadas para a reprodução das estratificações de raça e classe e para a manutenção do *status* de inferioridade,

³ Sobre esses processos históricos, cf. a recente coletânea de: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. São Paulo: Autêntica, 2018.

pobreza, exclusão, e marginalização de negros, indígenas e classes populares em geral. Tais fissuras de nossa formação social e a mentalidade colonizada e colonizadora das classes dominantes estiveram na raiz dos projetos nacionais aventados pela intelectualidade brasileira do pós-Independência. Embora europeu, Von Martius havia colocado a premissa básica, em 1844: para se entender o Brasil, haveria de se escrever sua história pelo prisma de sua constituição étnicorracial. Em um país escravista e heterogêneo do ponto de vista étnicorracial, raça tornou-se, ao longo do século XIX, um dos eixos fundamentais de discussão sobre a viabilidade da nação, que passou a se pautar pelos pressupostos do racismo científico europeu. Os diagnósticos apresentavam o mesmo problema (o afro-brasileiro como entrave para uma nação civilizada), mas os prognósticos variaram. Ante a impossibilidade de eliminação física dessas populações, vistas como degeneradas racialmente, imaginou-se que a larga miscigenação já ocorrida poderia ser emulada no sentido do branqueamento progressivo do povo brasileiro, processo a ser incrementado pelo afluxo de imigrantes brancos europeus. No âmbito complexo das diferenças que marcaram seu pensamento, intelectuais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Vianna, entre outros, gravitaram nesse universo de questões e problemas, mas sempre tendo como referência os desafios impostos pelas teorias raciais europeias, produzindo um pensamento social em muitos aspectos colonizado. Para Nádia Silva (2018, p. 236), os pensadores brasileiros reforçavam assim a “hegemonia europeia-ocidental e, conseqüentemente, o lugar da Europa como Eu superior e, especialmente, a sua dominação epistemológica”.

Na primeira metade do século XX, o discurso político-ideológico da democracia racial revestiu de maior complexidade a face colonial das relações de poder-saber nas relações entre raça e saber. Negando o conflito sóciorracial, esvaziou-se a discussão do racismo em nome de um ideal de unidade étnica a ser alcançado pela miscigenação (GUIMARÃES, 2002). Assim, pois, os negros e outros grupos que não admitissem a pressão integracionista e assimiladora tiveram suas subjetividades intelectuais subsumidas ao projeto nacional de uma civilização brasileira mestiça – leia-se paulatinamente menos negra/escuro, ou seja, branqueada –, em que as particularidades dos grupos subalternos são valorizadas como exóticas, incorporadas pelo viés da cultura – samba, carnaval, capoeira, etc. –, sem admitir-se, porém, o questionamento político de sua posição na estrutura social.

A combinação de uma organização social racista e a concomitante negação dessa mesma

realidade produziu um ambiente hostil à afirmação de epistemologias não dominantes, sedimentando terreno para a criação e o exercício do “racismo epistêmico”, uma manifestação da “colonialidade de poderes no Brasil, entendida como um padrão configurado de poder sobre a base da classificação racial que tem servido para subalternizar não só os grupos negros, mas seus conhecimentos” (SILVA, 2018, p. 245). No mundo acadêmico brasileiro, esse racismo desdobrou-se no pós-abolição principalmente através do privilégio epistêmico ao eurocentrismo, da dissociação sujeito/objeto e do silenciamento de saberes não hegemônicos e não brancos. No Brasil do século XX, a ação do eurocentrismo nas Ciências Humanas proporcionou ao negro usualmente apenas a posição de objeto, mas não de sujeito do conhecimento (RIBEIRO, 2017). Esse processo se personificou tanto na história da Historiografia Brasileira quanto do Pensamento Social Brasileiro, fazendo com que a ausência de pesquisadores negros fosse negligenciada em campos que estavam voltados para “a compreensão da população afro-brasileira”, como lembra a historiadora Ângela Figueiredo (2017, p. 87). Tal situação se conjugou naquilo que essa mesma autora denomina de “política de esquecimento” (FIGUEIREDO, 2017, p. 87), a qual esquece, silencia e marginaliza as epistemes negras, ao mesmo tempo em que encobre as “hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários” (FIGUEIREDO, 2017, p. 93).

Reativamente a essa colonialidade do saber, estudiosos de diversas áreas, sobretudo negros, como dito há pouco, têm desenvolvido contrapolíticas de saber assentadas em uma “postura descolonial na produção do conhecimento” (FIGUEIREDO, 2017, p. 79). Enfrentar o racismo epistêmico e descolonizar pensamentos e currículos escolares supõe, portanto, que se reflita de forma engajada, crítica e criativa acerca de novos olhares teóricos e novos artifícios de construção do conhecimento, atitude na qual se ponha em xeque os alicerces racistas da formação dos campos, se aponte as invisibilidades das classes populares, dos negros, dos indígenas, das mulheres, da população LGBT, entre outros, e, mais importante, se positive e se valorize as epistemologias oriundas da experiência desses grupos. Não é uma tarefa livre de conflitos, tensões e disputas, pois se trata de debelar estruturas de poder-saber. Retornando a Gomes, tem-se que a ação descolonizadora carrega o “conflito, confronto, negociações e [produção] de algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber” (GOMES, 2012, p. 107).

Descolonizar: antecedentes históricos

O campo historiográfico não poderia passar incólume a esses movimentos de ideias sobre colonialidade/descolonialidade. No transcorrer da década de 1970, universitários negros no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em outros lugares produziram as condições de possibilidade para um exame crítico da historiografia brasileira a partir da posição de pesquisadores-sujeitos, articulando os fundamentos intelectuais da discussão sobre a descolonização do saber que tem se desenvolvido nos últimos 20 anos no Brasil. Nesse tópico e no seguinte procedo a uma breve genealogia desse olhar teórico-político, que encontra algumas de suas bases na ação desses intelectuais.

Todavia, anteriormente a esse processo, já na década de 1950 o cientista social negro Guerreiro Ramos colocava a subjetividade negra como fator primordial para o trabalho sociológico e a politização do pensamento social como projeto. Baiano, formado pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro em 1942, participou do Teatro Experimental do Negro nos anos 1940-50 e escreveu, ao longo do mesmo período, diversos textos com análises e críticas severas aos estudos científicos do “problema do negro”. No artigo *O problema do negro na sociologia brasileira*, de 1954, ele inverteu os termos do debate, afirmando que não haveria um “problema do negro”, como pensavam historiadores, antropólogos e sociólogos até então, mas sim um problema do branco, pois foi o branco que historicamente estabeleceu sua cor/raça como norma e diante disso considerou o negro como um desvio ao modelo racial visto como normal (RAMOS, 1954).

Essa perspectiva desafiava a maneira como os estudos em tela eram concebidos, analisando o negro como um objeto, e não sujeito de pesquisa. Tal crítica foi mais bem desenvolvida no artigo *Patologia social do “branco” brasileiro*, de 1955. Para Ramos, haveria o negro-tema e o negro-vida. O negro-tema é o sujeito coisificado, objeto formalizado, amorfo e exótico; no limite, anormal. O negro-vida é o negro enquanto sujeito, “algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje” (RAMOS apud BARBOSA, 2004, p. 146).

O pensamento sociológico de Ramos era engajado e pragmático, e colocava a experiência do negro-vida como fundamental para o enfrentamento intelectual e político da

ideologia da brancura: no artigo de 1955, ele dizia ser necessário “reconhecer-se hoje a necessidade de re-examinar o tema das relações de raça no Brasil, dentro de uma posição de autenticidade étnica” (RAMOS apud BARBOSA, 2004, p. 150).

Um discurso de subjetividade racial, nos termos de Guerreiro Ramos, seria retomado nos anos 1970 em diversos lugares do Brasil, sobretudo através da mobilização política, cultural, educativa e intelectual de grupos de universitários negros. Em São Paulo, o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) é fundado em 1971, quase ao mesmo tempo em que o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros, o GTPLUN, emerge na cena paulistana, em 1972. O Grupo Palmares, formado por universitários afro-gaúchos, e que cumpriu importante papel na ressignificação da data do 20 de novembro, surgiu em Porto Alegre, em 1971, propondo uma “revisão da história do Brasil para [...] recuperar a auto-estima étnica” dos afro-brasileiros (CAMPOS, 2006, p. 9). No Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), da Candido Mendes, reuniu, desde meados de 1970, um conjunto de jovens estudantes negros. No Rio, dois grupos que frequentavam o CEAA, e que representavam tendências distintas de concepção política, firmaram-se: a SINBA, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, de 1974, e o IPCN, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, de 1975 (PEREIRA, 2013). Cruzando a Ponte Rio-Niterói, outro grupo apareceu: o Grupo de Trabalhos André Rebouças (GTAR), formado por acadêmicos negros de graduação da UFF, em 1974. A criação do GTAR foi encabeçada pela historiadora negra Beatriz Nascimento. Ela graduou-se em História na UFRJ em 1971, e, em 1981, concluiu pós-graduação *latu sensu*, também em História, na UFF, com o trabalho *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas* (MARTINS, 2018).

Em um contexto de rediscussão da história racial brasileira e de rearticulação do Movimento Negro (o Movimento Negro Unificado [MNU] seria fundado em 1978, em São Paulo), o GTAR organizava semanas de estudo em Niterói, para as quais convidava especialistas em relações raciais. A primeira dessas semanas foi realizada em 1975. A segunda “Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira”, em 1976, contou com pesquisadores de variadas procedências, como Beatriz Nascimento, Manuel Nunes Pereira, Carlos Hasenbalg e Eduardo de Oliveira e Oliveira. O grupo colocava as seguintes metas como suas prioridades:

- 1) Introduzir gradualmente na Universidade [Federal Fluminense] créditos específicos sobre as Relações Raciais no Brasil, principalmente nos cursos que abrangem a área de Ciências Humanas.
- 2) Tentar uma reformulação no programa de Antropologia do Negro Brasileiro, no ICHF, que foi organizado há dez anos e que permanece sem nenhuma alteração.
- 3) Atualizar a bibliografia no que diz respeito ao assunto, adotado pelo corpo docente e discente [...].
- 4) Estabelecer contato entre professores que desenvolvem teses sobre as Relações Raciais fora da UFF com o corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (GTAR, 1976, p. 1).

Havia a intenção, oriunda da iniciativa dos alunos, de colocar as questões da educação, das relações raciais e da história do negro na Universidade em nível curricular, uma proposta nova para o contexto. Em maio do ano seguinte, Eduardo de Oliveira e Oliveira, amigo e parceiro intelectual de Beatriz, promoveu um encontro de pesquisadores negros na Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), a “Quinzena do Negro da USP”, que pôs em discussão, em nova amplitude, as propostas do GTAR, entidade da qual ele era um dos principais colaboradores externos.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1924, Oliveira foi um ativista negro, músico, teatrólogo, publicitário, professor, e, sobretudo, sociólogo. Ao longo da década de 1970, ele desempenhou inúmeras atividades, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Entre 1977-78, organizou uma série de ações intelectuais públicas em São Paulo, em que participaram nomes como Beatriz Nascimento e o sociólogo afro-brasileiro Clóvis Moura.

Esses intelectuais conceberam nessa época o projeto de uma nova Ciência Social, que levou as problemáticas da vida afro-brasileira a outro patamar de debate: o de uma “Sociologia Negra”, ou uma “ciência para o negro”. Essa tomada de posição, que desafiava a Sociologia de Relações Raciais escrita até os anos 1970, como os estudos da Escola Sociológica Paulista – que tiveram em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), de Florestan Fernandes, sua formulação máxima –, que, na visão de Oliveira, eram estudos mais “sobre” do que “para” o negro, pois careciam de um sentido pragmático de ação na realidade social, foi performada em simpósios das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre 1977 e 1979, em eventos no Museu de Arte de São Paulo, em seminários, exposições e debates relativos aos 90 anos da Abolição, em 1978, mas principalmente na Quinzena do Negro da USP, um evento-chave realizado entre maio e junho de 1977 na Faculdade de Psicologia, que reuniu pesquisadores e estudantes negros – e também brancos – para abordar “um aspecto que [lhe

parecia] da maior relevância – revelar o negro como criatura e criador. Numa palavra: Sujeito” (OLIVEIRA, 1977a, p. 287).

A Quinzena foi retratada no documentário *O negro, da senzala ao soul*, da TV Cultura. A produção registra a rearticulação do Movimento Negro em São Paulo no final da década de 1970, abordando temas como o racismo, a realidade das relações raciais, a história da família negra e a importância do *soul* assumiu para a juventude negra desse período.

Foram colhidas falas de pessoas comuns e realizadas entrevistas com antigos militantes, como José Correia Leite e intelectuais como Hamilton Cardoso, jornalista e liderança da comunidade negra nessa época, Beatriz Nascimento e o idealizador do evento, Eduardo. Indagado por Priolli Neto logo no início de *O negro...* sobre a Quinzena, o sociólogo diz que o objetivo primordial foi “trazer o negro para o centro de interesse e preocupações, [...] para fazer que ele [...] deixasse de ser invisível [e] ser apresentado como homem, como criatura e criador”. Sobre o pragmatismo do conhecimento que se queria construir, ele diz: “Isso foi um aspecto fundamental [...], porque geralmente os trabalhos são feitos sobre o negro, mas não se pensa em que este trabalho pode ser apresentado e pode ser também usado de uma perspectiva prática, do ponto de vista do próprio negro”⁴.

Um dos temas mais discutidos, o do posicionamento do negro como sujeito de si, da história e de sua escrita, foi sublinhado por Beatriz Nascimento em sua conferência “Os quilombos na historiografia brasileira”. Em *O negro, da senzala ao soul* ela critica os historiadores que, até aquele momento, viam o negro como trabalhador escravo e objeto de repressão e violência. “A história do Brasil foi uma história escrita por mãos brancas”, diz. “Tanto o negro quanto o índio, os povos que viveram aqui juntamente com o branco, não têm a sua história escrita, ainda”, enfatiza a historiadora⁵.

O acervo de Oliveira, localizado na UFSCAR, preservou um rascunho de sua conferência apresentada na Quinzena do Negro, *Etnia e Compromisso Intelectual*. Traçava-se aí um plano sociológico que propunha uma recusa dos padrões de análise social da vida afro-brasileira à época vigentes, uma problematização das relações do intelectual negro – e branco

⁴ Eduardo de Oliveira e Oliveira (EOO), entre 01:15 e 3:48 min. *O negro, da senzala ao soul*. Direção: Gabriel Priolli. São Paulo: TV Cultura, 1977. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

⁵ Beatriz Nascimento, entre 00:20 e 01:05 min. *O negro, da senzala ao soul...*

– com as Ciências Sociais, uma postura de enfrentamento e intervenção do cientista social frente aos problemas da sociedade e a busca de uma “teoria da ação” para o negro.

O que é e quem é o intelectual negro na sociedade brasileira? Quais são seus deveres e responsabilidades? Tais indagações são acompanhadas pela afirmação de que “a libertação do negro (social, cultural, política, econômica) não é possível sem uma teoria das condições dessa libertação, isto é, sem uma ciência (que tipo de ciência) das formações sociais” (OLIVEIRA, 1977b, p. 6-7). Sua reflexão caminha no sentido de desenvolver, na Sociologia brasileira, novos marcos de referência, conceptualizações que transcendessem os limites dos “conceitos brancos”, em uma ofensiva contra sua “falsa universalidade”.

Partindo de uma crítica da neutralidade científica na Sociologia, desdobrava-se o imperativo de conceber “premissas básicas, pautas, preocupações e prioridades, que podem ser úteis àqueles que têm interesse em entender e aplicar esses elementos a seus trabalhos...” (OLIVEIRA, 1977b, p. 10). O autor se pergunta se as Ciências Sociais brasileiras estariam fazendo análises socialmente relevantes, que tipo de resposta dava o graduando negro ao ambiente acadêmico das Ciências Sociais e como elas o ajudavam no entendimento de seus próprios problemas e demandas. O protagonista dessas inquietações era o intelectual negro: “O intelectual negro é uma espécie a parte... recaindo sobre seus ombros uma enorme tarefa... Ele deve descolonizar sua mente de maneira que possa guiar efetivamente outros intelectuais e estudantes, em sua procura da libertação...” (OLIVEIRA, 1977b, p. 11).

Ao descolonizar-se e construir um conhecimento de si, o negro poderia “não só educar-se como também educar o branco”, pois era preciso, segundo o autor, “que nós brancos e negros nos eduquemos juntos, para conhecer, afinal de contas, nossa história”, especialmente a do afro-brasileiro, que havia sido relegada a segundo plano porque “os fatores dessa história, não tínhamos ainda condições de querer revelá-la”⁶.

Beatriz Nascimento, em 1974, no artigo *Por uma história do homem negro*, já havia identificado em Florestan Fernandes “um dos trabalhos mais sérios sobre o negro no Brasil”, mas criticava o fato dos intelectuais (brancos) brasileiros não abordarem a discussão do negro do ponto de vista racial, “perpetuando teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial”

⁶ EOO, entre 43:23 e 43:53 min. *O negro, da senzala ao soul...*

e, “mais grave ainda, [criando] novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade” (NASCIMENTO apud RATTTS, 2007, p. 95).

A rejeição ao paternalismo intelectual branco se manifestava no evento de 1977. A USP notabilizara-se ao longo do século XX pela sua dimensão e magnitude acadêmica, mas também pelo tom racialmente monocromático de sua composição discente e docente. Não era novidade a discussão de raça nesta universidade, que produzira a escola de pensamento que desconstruía sociologicamente o “mito da democracia racial”, nos anos 1950-60 (a Escola Sociologia Paulista). Mas era a primeira vez que se via frente a uma interrogação organizada de universitários negros refletindo sobre o papel da Universidade no combate ao racismo e por uma reelaboração das Ciências Humanas. A USP era questionada diante da insurgência de indivíduos e de “saberes sujeitados” (FOUCAULT, 1999).

Alex Ratts (2007, p. 41) diz que o evento instigava a “criação e consolidação de um terreno acadêmico aberto a professores(as) e estudantes negros(as) e ao estudo crítico das relações raciais”. Davam-se os primeiros passos para um pensamento social pragmático e autônomo em que o negro era protagonista e condição de possibilidade da emergência desse campo. As palavras finais de *O negro, da senzala ao soul* resumem o trabalho a ser feito: “Cada vez são mais negros na Universidade, nos centros de pesquisa, na pesquisa de campo [...] No front da cultura acadêmica, uma ciência negra, voltada para o negro, numa dimensão prática, objetiva. É o embrião de uma futura escola de relações raciais”⁷.

Anos mais tarde, as perspectivas, os projetos e os sonhos dos amigos Eduardo e Beatriz, não consumados em seu tempo por razões de ordem diversa, encontrariam lugares sociais de escuta – e de fala – nas novas gerações de afro-brasileiros que adentraram as universidades brasileiras nas primeiras décadas dos anos 2000.

Emergências intelectuais

Uso o termo emergência em dois sentidos. O primeiro e mais importante trata do processo contemporâneo, ocorrido principalmente como desdobramento direto das ações

⁷ Locutor, entre 42:37 e 43:08. *O negro, da senzala ao soul...*

afirmativas de recorte racial das últimas décadas – mas de raízes profundas na história brasileira –, de presença de sujeitos até então ausentes do mundo acadêmico e das possibilidades de produção de conhecimento científico autorizado. As políticas públicas fizeram ingressar estudantes negros nas universidades, que se tornaram os principais promotores de novos olhares e questões sobre a historiografia e o pensamento social.

A situação de reprodução do racismo estrutural na conformação – sincrônica e diacrônica – dessas áreas tem sido posta em xeque nos últimos anos. Uma das iniciativas mais recentes aconteceu no segundo semestre de 2017: o oferecimento da disciplina “Leituras clássicas do pensamento negro brasileiro”, coordenada pelo historiador José Rivair Macedo em um curso do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFRGS. Em 2016, outra significativa ação: a publicação da coletânea *Pensadores negros, pensadoras negras*, organizada pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto e pelo também historiador Sidney Chalhoub⁸. Além disso, outras iniciativas de impacto têm sido as atividades da historiadora negra Giovana Xavier, intelectual pública que, desde 2014, coordena o Grupo de Pesquisa “Intelectuais Negras: visíveis”, na Faculdade de Educação da UFRJ, e que foi responsável, entre outras ações, pela costura de um catálogo com obras de autoras negras e uma carta-aberta destinada à Feira Literária Internacional de Paraty, discutindo a ausência de autores negros no evento, em 2016 – em 2017, o escritor Lima Barreto seria o homenageado da FLIP.

Nos últimos anos, embora diversas entre si e obedecendo a especificidades temáticas e teóricas, várias análises sobre pensadores negros em termos decoloniais, ou seja, no sentido da “restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos” (COSTA; GROSGOGEL, p. 20-21), têm sido realizadas. Personagens da história da cultura intelectual brasileira como literatos afro-brasileiros nos séculos XIX⁹ e XX¹⁰, Lima Barreto¹¹,

⁸ PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (Org.). *Pensadores negros, pensadoras negras*: Brasil, séculos XIX-XX. Cruz das Almas: Editora da UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

⁹ JESUS, Matheus Gato de. *Racismo e decadência: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão*. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2015. PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do séc. XIX*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2014; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; MATTOS, Hebe. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na história do Brasil*. Tese (Concurso Professora Titular). UFF, Niterói, 2004.

¹⁰ SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

¹¹ SCHWARCZ, Lília. *Lima Barreto: triste visionário*, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Hemetério de Oliveira¹², Édison Carneiro¹³, Abdias do Nascimento¹⁴, Thereza Santos¹⁵, Beatriz Nascimento¹⁶, Lélia Gonzalez¹⁷, e, nas Ciências Sociais, Virgínia Bicudo¹⁸, Guerreiro Ramos¹⁹, Clóvis Moura²⁰, Eduardo de Oliveira e Oliveira²¹, Kabengele Munanga²², entre outros, são intelectuais e correntes de pensamento social revisitados por autores que têm desafiado a estrutura de reprodução do cânone interpretativo da cultura brasileira sobre a história do negro, do racismo e das desigualdades raciais, expandindo as concepções teóricas de historiografia e pensamento social.

Ainda de uma perspectiva acadêmico-científica, um canal consolidado de difusão da produção de intelectuais negros ou de assuntos referentes à realidade desse segmento social é a Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros²³, que já publicou 26 números, desde 2010. O número 25, de 2018, apresentou o dossiê “Intelectuais negros e negras, séculos XIX-XXI: Desafios, projetos e memórias”.

Contudo, a principal publicação brasileira nas áreas de Historiografia e Teoria da História, a revista *História da Historiografia* (Qualis A1 na avaliação da CAPES entre 2013-

¹² SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias Preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais). CEFET, Rio de Janeiro, 2015.

¹³ ROSSI, Luiz. *O intelectual “feiticeiro”*: Édison Carneiro e o campo de estudos de relações raciais no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia). UNICAMP, Campinas, 2011.

¹⁴ CUSTÓDIO, Túlio. *Construindo o (auto) exílio*: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2011; PEREIRA, André Luiz. *O pensamento social e político de Abdias do Nascimento*. Mestrado (Dissertação em Sociologia). UFGRS, Porto Alegre, 2011; MACEDO, Márcio J. *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

¹⁵ RIOS, Flávia. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. *Plural*, Revista do PPG Sociologia da USP, v. 21, n. 1, p. 73-96, 2014.

¹⁶ VINHAS, Wagner. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica*: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. Tese, CEAO-UFBA, Salvador, 2015. RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica*: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2007.

¹⁷ RATTS, Alex. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos do Brasil Negro)

¹⁸ GOMES, Janaína. *Os segredos de Virgínia*: estudo de atitudes raciais em São Paulo 1945-1955. Tese (Doutorado em Antropologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2013.

¹⁹ BARBOSA, Muryatan S. *Guerreiro Ramos e o personalismo negro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2004.

²⁰ OLIVEIRA, Fábio N. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). UFF, Niterói, 2009.

²¹ TRAPP, Rafael. *O Elefante Negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil*. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2018.

²² OLIVEIRA, Julvan Moreira de. *Africanidades e Educação*: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga. Tese (Doutorado em Educação). FEUSP, São Paulo, 2010. Cf. DANTAS, Sylvania; FERREIRA, Ligia; VÉRAS, Maura P. B. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga (entrevista). *Revista USP*, São Paulo, n. 114, p. 31-44, jul./ago./set. 2017.

²³ A Associação foi fundada em 2002. A Revista da ABPN, de 2010, foi construída a partir de proposta da educadora negra Eliane Cavalleiro e da historiadora negra Ana Flávia Magalhães Pinto.

2016), não tem refletido essa efervescência do pensamento social e historiográfico. Em seus 28 números, publicados desde 2008, nenhum artigo enfoca como escopo principal de análise a obra ou ao menos aspectos da produção de algum intelectual negro – ou não-branco – brasileiro. Afora dois artigos sobre escravidão e um abordando representações de negros na imprensa carioca do início do século XX²⁴, quase nada há sobre aquela que é uma das linhas mestras da composição histórica da própria “história da historiografia” brasileira: a questão de raça. A palavra “raça” (e outras possíveis como “racialidade”, “racismo”, “etnia”, “etnicidade”) não consta (em pesquisa feita em dezembro de 2018) nos mais de 500 termos do banco de palavras-chave do periódico. As poucas palavras diretamente relacionadas, a propósito, além de “história da África”, remetem ao universo da história do escravismo, como “escravidão” e “liberdade”.

No entanto, em ao menos uma edição (n. 26, em 2016), a revista preocupou-se em refletir sobre o lugar social do historiador, discutindo gênero, no dossiê “Historiadores e historiadoras, esses desconhecidos: Quem e como se escreve a História”. Esse número apresentou três artigos com trajetórias de historiadoras – e dos percalços enfrentados em função do machismo acadêmico²⁵, além de uma “Apresentação” com apontamentos interessantes, escrita por Fábio Franzini. Reconhece-se o fato do assunto não afetar a consciência dos historiadores. Contra tal estado de coisas, o objetivo da edição foi falar desse “sujeito historiador”. Penso que a pergunta que o apresentador do dossiê faz ao público da revista sobre gênero pode ser mobilizada para pensar raça: “Até que ponto, no entanto, os próprios historiadores e historiadoras se interessam por se olhar no espelho e, sobretudo, em compreender de modo crítico aquilo que veem?” (FRANZINI, 2016, p. 12)²⁶.

²⁴ Cf. *Carolina Vianna Dantas*, “De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX” (n. 8, 2012); *Danilo José Zioni Ferretti*, “A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão” (n. 17, 2015); *Ivana Stolze Lima*, “Língua e diversidade: imagens sobre africanos e escravidão” (n. 25, 2017).

²⁵ Cf. Otávio Erbereli Júnior, “De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951)”; Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik, “Trajetória de Maria Yedda Linhares: notas sobre a construção de um devir”; Daiane Vaiz Machado, “Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX”.

²⁶ A penúltima edição de *História da Historiografia* (v. 11, n. 28) foi publicada durante o processo de escrita do presente artigo. Boa parte dos textos examina temáticas afins às que abordo aqui. Rafael Marquese e Waldomiro Silva Jr. propuseram uma “agenda de pesquisa” relacionando teorização e escravidão negra nas Américas; Felipe Paiva falou das relações intelectuais entre o africano Kwame Nkrumah e o jamaicano Marcus Garvey; Pablo Alderete analisou uma “historiografia das ausências” acerca das experiências de camponeses na história latino-americana; Guilherme Bianchi analisou pensamento ameríndio no Peru e o conceito de justiça epistêmica; Flávia Varella fez um balanço da produção da primeira década da revista (2008-2018), problematizando marcadores interseccionais – principalmente gênero –, concluindo, entre outros aspectos, que a composição do Conselho Executivo possui maioria de pesquisadores “homens, brancos, brasileiros, lotados em instituições da região

Apesar dessas circunstâncias, há movimentos mais amplos de mudança, concomitantes a indícios de transformações institucionais²⁷. No Simpósio Nacional de História da ANPUH, em 2015, um grupo de historiadores negros e brancos lançou uma “Moção de Apoio as Cotas Raciais na Pós-graduação”, lida e aclamada na Assembleia Geral do evento. O X Seminário Brasileiro de Teoria da História e História da Historiografia, em Mariana (MG), (outubro de 2018), propôs, por iniciativa de intelectuais negros, o simpósio “Intelectuais negro(as) e a escrita da história: antirracismo, descolonização e novos desafios a historiografia”, com o objetivo de discutir o pensamento de intelectuais negros brasileiros e “possibilidades para a construção de uma historiografia antirracista, democrática e plural, onde tais indivíduos e/ou grupos possam falar em primeira pessoa [...]”. No mesmo evento, outro simpósio abordou assunto afim: “Teoria da História, gênero, interseccionalidades”, com a preocupação de um

sudeste. O perfil principal dos autores de artigos é de homens, professores do ensino superior, adjuntos, vinculados a instituições brasileiras situadas na região sudeste [...], e que “a maior parte dos autores estudados nos artigos publicados na *História da Historiografia* são do sexo masculino”; já Maria da Glória de Oliveira assina texto que fez uma discussão teórica e conceitual com a qual acredito minha proposta mais se afina. A autora refletiu “acerca da invisibilidade das produções de autoria feminina na história intelectual, tendo por horizonte alguns desafios postos pela perspectiva feminista decolonial”, falando de silenciamentos e da “persistência de um modelo de pesquisa com foco predominante no estudo dos repertórios canônicos de obras de autoria masculina, branca e europeia”. Se essa autora defende “a efetividade da categoria de gênero como aparato conceitual crítico dos fundamentos epistêmicos da disciplina e da escrita da História”, penso contribuir, no mesmo sentido, para o debate sobre a categoria de raça e a marginalização da contribuição afro-brasileira para a constituição do campo da Historiografia Brasileira – assuntos ainda virtualmente ausentes na revista *História da Historiografia*, apesar do grande avanço que constituiu a publicação do número 28. (As informações sobre os artigos foram extraídas dos resumos). Por sinal, o texto de Varella (2018) motivou manifestação editorial da revista em sua última edição (v. 12, n. 29, 2019) acerca dos descompassos observados entre o periódico e a sociedade brasileira, como o “desequilíbrio [que] se verifica no corte de gênero, no qual notamos 38% de mulheres autoras e 62% de homens autores, e de raça, revelada na autodefinição dos editores executivos da revista que apontam que 72% são brancos e 14% são pardos, nem um pesquisador autodeclarado negro” (p. 11). O editorial afirma a postura de “aprofundar um gesto intelectual que nos caracteriza desde os primeiros números da revista: nos repensarmos!” (p. 11), mas considera que a “HH não é [...] um espelho invertido do país e nem está alheia a seus graves problemas e injustiças” (p. 11).

²⁷ Um desses indícios é o trabalho que o supracitado historiador Thiago Nicodemo vem realizando como professor no curso de História da UNICAMP, através da disciplina de graduação “O Pensamento Brasileiro vivo: teoria da história e história da historiografia”. A ementa (2019.1) é a seguinte: “Este curso pretende estudar as formas históricas e os conceitos teóricos que ajudaram deram sustentação a ideia de um ‘pensamento social brasileiro’. Diante do caráter excludente, parcial e historicamente constituído desses saberes, o curso oferece aos alunos de ferramentas que provoquem a reflexão, a revisão de conceitos e possibilitem a produção de um conhecimento sobre o passado nacional/global mais múltiplo e plural. Para isso, devem ser considerados fatores como a constituição histórica do conhecimento, a necessidade de deslocamentos geográficos dos pontos de vista e a necessidade de aprendermos com experiências não hegemônicas de perceber e de sentir o tempo. Assim, partindo de uma agenda enraizada nos dilemas postos pelo século XXI, a disciplina procura questionar a tradição, propondo um jogo entre pontos de vista a respeito desses diversos temas. Dentro das limitações impostas pela necessidade de tradução em língua portuguesa são mobilizados debates bastante atuais nos campos de Teoria da História, História da Historiografia, História Intelectual e áreas congêneres no Brasil e no mundo”. Cf. <https://www.academia.edu/38327879/O_Pensamento_Brasileiro_Vivo_Curso_de_Teoria_da_Hist%C3%B3ria_II_na_UNICAMP>.

“debate mais amplo sobre as relações de poder e desigualdades de gênero/raça/etnia, subjacentes a divisão imperial do trabalho intelectual”²⁸. Mais uma ocasião de suma importância foi a realização do *II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico*, promovido pelo GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH, na FGV, no Rio de Janeiro, em maio de 2018. Além das atividades acadêmicas usuais, Asfilófilo de Oliveira Filho (Filó), produtor e curador do acervo digital CULTNE, realizou e gravou entrevistas com historiadores/as, na maioria negros/as, que falaram sobre suas trajetórias, ideias e as relações entre historiografia e racismo²⁹.

Tais movimentos apontam para outro significado possível da noção de emergência, que é o de tornar centrais na Historiografia Brasileira e nas Ciências Humanas e Sociais os marcos interseccionais de raça, gênero, classe, etc. (AKOTIRENE, 2018). Em um sentido prático, é preciso identificar e problematizar as ideias e experiências de autores marginalizados, esquecidos e subalternizados, caso da produção acadêmica de intelectuais negros – aqui brevemente mencionada – nos currículos e nas ementas disciplinares, promovendo uma reorganização crítica da área de Historiografia, questionando seus fundamentos epistêmicos e compondo o projeto de uma nova cultura historiográfica.

Essa nova cultura, ao levar a sério a produção de intelectuais negros – e de outros grupos sociais não-hegemônicos –, pode realizar a “construção de narrativas alternativas à formação da sociedade brasileira, expandindo possibilidades cognitivas e epistemológicas para o estudo do negro e do racismo pelas ciências humanas” (GOMES, 2018, p. 7). Como lembrou o historiador da escravidão brasileira Robert Slenes, a problemática é fundamentalmente de “política científica, ou seja, de um projeto visando a maior aproximação entre as preocupações dos pesquisadores na área das humanas (de fato, em todas as áreas) e as preocupações dos cidadãos” (SLENES, 2010, p. 29).

Um quadro de discussão em que se reflita sobre a descolonização de saberes no âmbito da Historiografia, principalmente a Historiografia Brasileira, pode ser o ensejo para a construção de conhecimentos e efetivamente de práticas de pesquisa e ensino de história que incorporem essa proposta de redimensionamento crítico das Ciências Humanas e Sociais no Brasil. É preciso não só problematizar o campo como produzir e documentar experiências

²⁸ Extraído de: <<https://www.doity.com.br/seminario-brasileiro-de-teoria-da-historia-e-historia-da-historiografia/blog/simposios-tematicos>>.

²⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCjKjD0bztwIrsK16xODswIQ>>.

concretas em descolonização dos saberes historiográficos e propriamente históricos, algo que a Revista da ABPN vem realizando nos últimos anos e que deve ser expandido para os mais diversos espaços de discussão de História no campo científico brasileiro.

Considerações finais: por uma autopsicanálise intelectual

Roger Bastide publicou, em 1967, cerca de 10 anos após deixar o Brasil, *Lés Amériques noires*. Na introdução, é feita uma penetrante digressão sobre a posicionalidade do cientista social frente à análise da questão afro-americana. Bastide medita se o lugar de objetividade do pesquisador, mesmo quando sincero, não teria “consequências para a práxis dos grupos raciais que se sublevam nos dias de hoje” (BASTIDE, 1974, p. 7), numa provável alusão aos Movimentos pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, em efervescência no período. Mais adiante, ele escreve:

O sábio que se debruça sobre os problemas afro-americanos encontra-se, pois, implicado, queira ou não, em um debate angustiante, pois é da solução que lhe será dada que sairá a América de amanhã. Ele deve tomar consciência de suas decisões – não para dissimular o que lhe parece a realidade – mas para perseguir, no decorrer de suas pesquisas, uma outra pesquisa, paralela, sobre ele mesmo; uma espécie de “autopsicanálise” intelectual, e isto, seja ele branco ou negro. Estamos aqui no centro de um mundo alienado, onde o sábio se acha, contra sua vontade, também alienado (BASTIDE, 1974, p. 8).

De posse dessas palavras, penso que a perspectiva de uma autopsicanálise intelectual deve ser vista como essencial, particularmente para nós, pesquisadores brancos, que perfazemos, talvez, ainda a maior parte dos membros do campo da Historiografia Brasileira. Considero, enquanto historiador branco, de branquitude até há pouco tempo não autorrefletida – sempre vivida de forma naturalizada e não questionada, nem interna nem externamente, seja em minha socialização no Brasil ou mesmo nos Estados Unidos, onde vivi (em Nova York) entre setembro de 2016 e maio de 2017, durante o Doutorado Sanduíche –, que é necessário se posicionar de um ponto de vista étnicorracial no debate e pensar sobre os vários desdobramentos de uma tal atitude, firmando, como Eduardo de Oliveira e Oliveira identificava em Bastide, um “compromisso intelectual” (OLIVEIRA, 1978, p. 139) pautado na construção, no caso desta proposta, de uma Historiografia Brasileira descolonizada e mais democrática, em suas perspectivas teóricas e no sentido propriamente historiográfico.

O racismo é um dispositivo que se traduziu historicamente em desumanização e violência. A violência assume contornos, porém, não apenas físicos e/ou psicológicos. É, como salientou Sueli Carneiro, também epistêmica. O racismo científico, desde o final do século XVIII, fez com que os sujeitos assinalados pela diferença em relação ao modelo considerado ideal de humanidade – homem europeu, branco, heterossexual – fossem desconsiderados enquanto sujeitos legítimos do conhecimento. No Brasil, o negro foi originalmente escravizado e, depois da Abolição, livre, viu-se excluído, pela dominação racial, da integração cidadã na ordem social. Foi contra esse estado de coisas que indivíduos como Eduardo de Oliveira e Oliveira e Beatriz Nascimento se insurgiram na afirmação da humanidade intelectual do negro. Esses discursos de resistência ao racismo epistêmico ganharam projeção no Brasil nos últimos anos, fruto das mobilizações de ações afirmativas, representatividade e lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

Diante da importância do debate sobre a que sujeitos foram dados historicamente a legitimidade discursiva e o direito de fala acerca da realidade social, ajuízo que a Historiografia Brasileira, ou melhor, nós, seus leitores, produtores e cultivadores, particularmente os autoidentificados brancos, devemos exercitar a perspectiva de olhar criticamente no espelho, educando-nos frente aos desafios políticos do combate ao racismo, sobretudo o racismo epistêmico e acadêmico na contemporaneidade.

Os/as historiadores/as e cientistas sociais brancos/as devemos abrir espaços em nós para exercícios de alteridade para com os lugares de fala dos sujeitos não hegemônicos, e cultivar, em paralelo, lugares intelectuais de escuta, que possibilitem o questionamento de nossa condição sóciorracial na estrutura dos campos e o seu papel na sua desconstrução e reconfiguração. Olhar-se no espelho ou sentar-se no divã são ações prementes para se dar os passos no sentido do que a educadora afro-americana bell hooks tem chamado em seus escritos de educação transgressora. Essa autora afirma que, assim como as concepções pedagógicas e os sistemas de educação, os agentes das transgressões devem estar abertos para a mudança. E, mesmo os intelectuais brancos podem e devem se engajar em uma educação antirracista e plural, pois, para ela, “se realmente queremos criar uma atmosfera cultural em que os preconceitos possam ser questionados e modificados, todos os atos de cruzar fronteiras devem ser vistos como válidos e legítimos” (HOOKS, 2017 p. 175).

O que talvez seja preciso, antes de tudo, é uma consciência intelectual crítica para

reelaborar e transgredir as fronteiras epistêmicas da própria branquitude, e, a partir disso, contribuir para o enriquecimento do campo historiográfico e educacional em geral.

Referências bibliográficas:

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.
- BARBOSA, Muryatan S. *Guerreiro Ramos e o personalismo negro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH-USP, São Paulo, 2004.
- BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. Trad. de Eduardo de Oliveira e Oliveira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974 [1967].
- BERGIN, Cathy; RUPPRECHT, Anita. *Reparative histories: tracing narratives of black resistance and white entitlement*. *Race & Class, Londres*, v. 60, n. 1, p. 22-37, 2018.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- CAMPOS, Deivison M. C. *O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2006.
- CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995 [1967], p. 9-21.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP, São Paulo, 2005.
- COSTA, Joaze Bernardino; GROSFOGEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. Prefácio de Antonio S. A. Guimarães. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FIGUEIREDO, Ângela. Descolonização do conhecimento no século XXI. In: SANTIAGO, Ana R. et al. (Org.). *Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro*. Cruz das Almas (BA): Editora UFRB, 2017, p. 77-106.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRANZINI, Fábio. Apresentação. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 11-14, dez. 2016.

GOMES, Flávio. Reflexões e projetos: para um pensamento negro nos séculos XIX-XXI (Apresentação). *Revista da ABPN*, Goiânia, v. 10, n. 25, p. 6-7, mar./jun. 2018.

GOMES, Nilma Lino. *Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GRUPO de Trabalho André Rebouças. *II Semana de Estudos Sobre o Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói: UFF, 1976.

GUIMARÃES, Antonio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MARTINS, Sandra. *O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975-1995)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In: RATTTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2007, p. 93-8.

NICODEMO, Thiago; SANTOS, Pedro; PEREIRA, Mateus. *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. *Etnia e Compromisso Intelectual*, 1977b. São Carlos: Coleção Eduardo de Oliveira e Oliveira/UEIM-UFSCAR, Série Produção Intelectual.

_____. Roger Bastide – um aliado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 20, p. 137-40, 1978.

_____. Uma Quinzena do Negro. In: ARAÚJO, Emanuel (Curador). *Para nunca esquecer: negras memórias, memórias de negros*. Brasília: MINC, 2001 [1977b].

PEREIRA, Amílcar A. *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2013.

PERICÁS, Luiz; SECCO, Lincoln (Org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 227-278.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun. 1954.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica*: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2007.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008 [1999].

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Justificando, 2017.

SCHWARCZ, Lília M. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, p. 11-16, 2011.

SILVA, Nádia M. C. Universidade no Brasil: colonialismo, colonialidade e descolonização numa perspectiva negra. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 233-257, out./2017 – jan./2018.

SLENES, Robert. A Importância da África para as Ciências Humanas. *História Social*, Campinas, n. 19, p. 19-32, 2010.

TRAPP, Rafael. *O Elefante Negro*: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2018.